

EDITORIAL

A revista *Estudos em Avaliação Educacional*, na sua edição de número 46, destaca, no primeiro bloco de artigos, a avaliação de impacto de projetos e programas educacionais. O tema está no centro das atenções dos gestores de políticas públicas e dos especialistas na área de avaliação, tendo em vista as discussões sobre a qualidade da educação brasileira e a elaboração do novo Plano Nacional da Educação.

O primeiro texto, “Avaliação de impacto no Brasil: é possível mensurar impactos de programas de formação docente?”, de autoria de Adriana Bauer, discute o conceito de “avaliação de impacto” e analisa as dificuldades metodológicas oferecidas por este campo da avaliação educacional, a partir de estudos sobre o programa Letra e Vida da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Em “Avaliação oficial: o que dizem os mediadores da política pública sobre o impacto na prática docente”, Gisele F. S. Carvalho e Maria do Socorro A. N. Macedo, relatam resultados de pesquisa realizada junto às Analistas Educacionais da rede de ensino de Minas Gerais, e discutem os possíveis impactos do Programa de Avaliação da Alfabetização (Proalfa), na perspectiva das mudanças promovidas na prática docente.

“Dimensões do efeito das escolas: explorando as interações entre famílias e estabelecimentos de ensino”, de Maria Teresa G. Alves, versa sobre os efeitos da relação entre famílias e escola no rendimento escolar dos alunos. O artigo resume os resultados de investigação de aprofundamento de dados oriundos de pesquisa longitudinal com estudantes do ensino fundamental.

O Projeto Piloto Educa+Ação teve como objetivo a alfabetização nos dois primeiros anos do ensino fundamental de nove anos. Os resultados de sua avaliação são relatados no artigo “Resultados de um trabalho de parceria da Fundação Bradesco com as escolas públicas no Vale do Ribeira/SP”, de Rose Neubauer, Yara

Esposito, Ana Luísa Restani, Maria Cristina Telles, Elza Maria Guerreschi e Silvia Robles Juhas.

Candido Alberto Gomes analisa a pertinência da obrigatoriedade do ensino médio e suas possíveis consequências em “Ensino médio obrigatório: que impactos?”, permitindo interessante reflexão sobre as mudanças necessárias neste nível de escolarização.

No segundo bloco de textos, temos relatos de experiência que aprofundam o uso da avaliação no cotidiano das instituições de ensino.

Em “Políticas educativas e auto-avaliação da escola pública portuguesa: apontamentos de uma experiência”, de Almerindo J. G. Afonso, é relatada a evolução histórica dos direcionamentos dados à avaliação das escolas de Portugal para permitir uma reflexão crítica do modelo adotado na atualidade.

“Confiabilidade dos julgamentos de avaliadores de prova escrita na seleção para o mestrado” é o texto de Tahíse Maria B. M. Santos, Viviane R. V. Monteiro e José Florêncio Rodrigues Jr., cujo foco é a autoavaliação de um programa de pós-graduação com base na discussão da confiabilidade no aferimento dos resultados em provas de seleção para ingresso no mestrado.

“Assessoria pedagógica a docentes universitários: relato de experiência”, de Ana Cristina Oliver e Maribel O. Barreto, trata dos resultados de projeto desenvolvido em instituição de ensino superior da Bahia e oferece ponderações relevantes sobre a qualificação pedagógica dos docentes desse nível de ensino.

Ana Cristina M. Décia e Rivaílda S. N. Argollo discutem a efetividade da prática de autoavaliação adotada por uma universidade. O artigo, denominado “Autoavaliação institucional da UFBA na era Sinaes: a experiência revisitada na Escola de Administração”, aprofunda as dificuldades e práticas vivenciadas de forma a enriquecer o uso da avaliação para aperfeiçoamento das instituições de ensino.

Este número de *Estudos em Avaliação Educacional* apresenta, ainda, a resenha elaborada por Márcio F. Souza do livro “Desigualdade e desempenho: uma introdução à sociologia da escola brasileira”, de Maria Lígia O. Barbosa, editado pela Argumentvm, em 2009. O livro faz um breve balanço do estado da arte sobre a desigualdade e dos mecanismos que levam a esta condição nas instituições escolares.

Esperamos, com esse conjunto de textos, concorrer para o aprofundamento das reflexões sobre as práticas avaliativas, bem como contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira.

Comitê Editorial